

Boletim

da junta de delegados de LETRAS

nº 3

24-4-70

OS ESTUDANTES DE LETRAS

VOTAM HOJE!

Realiza-se hoje a Assembleia de Faculdade que irá definir a vontade dos estudantes de Letras em relação ao Programa Eleitoral, e da qual resultará a indigitação de nomes a incluir na Lista candidata pelo Movimento Estudantil às eleições da A.A.C..

Pretende-se que a experiência ora tentada venha a consagrar a via autenticamente democrática para a expressão da vontade dos estudantes.

DEMOCRACIA DIRECTA, DECISÃO NA BASE, CONTROLE PELA BASE da aplicação concreta dos princípios programáticos definidos, são expressões que - e serem assumidas na prática concreta do Movimento Estudantil - constituem a própria garantia da UNIDADE DE ACÇÃO dos estudantes

na defesa dos seus interesses, na melhoria da sua condição.

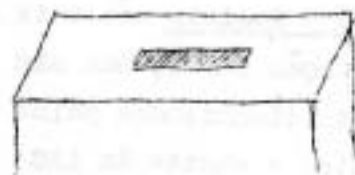
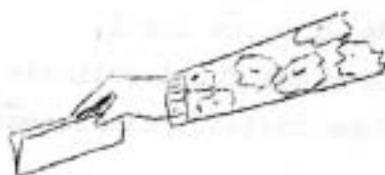
Vamos, portanto, votar naqueles em cujas mãos depositamos a defesa do nosso Programa.

Dentro da mais ampla liberdade possível, sem campanha eleitoral prévia, sem qualquer lançamento de "vedetas", sem polarizar a opinião de cada um pela proposta prévia de qualquer lista...

Exige-se de cada um, em contrapartida, a mais completa LUCIDEZ na escolha dos melhores de entre nós, daqueles que terão de assumir o compromisso de praticar uma política de verdade para com as massas, de garantir e fomentar a democraticidade dos processos, através dos quais foram chamados a representar os princípios, objectivos e métodos de acção do Movimento Estudantil Português.

Os estudantes de Letras vão hoje pela primeira vez, participar activamente na escolha da Lista do Movimento Estudantil.

Que o passo que hoje damos seja o limiar de uma total estruturação democrática do Movimento Estudantil.



PARA UM PROGRAMA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

I. NORMALIZAÇÃO DA VIDA ACADÉMICA

Não pode a actual Lista do Movimento Estudantil ignorar a luta travada a partir de 17 de Abril. Assim, tomará a defesa dos seguintes pontos:

- abolição dos processos disciplinares
- abolição dos processos judiciais
- regresso dos estudantes incorporados nas forças armadas e a abolição do decreto-lei nº 49 099
- revalidação de bolsas
- novas épocas de exames (de acordo com as reivindicações das várias Faculdades)

II. ESTRUTURAÇÃO DEMOCRÁTICA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

(Processos e organização)

1. O novo método de eleição da lista candidata, este ano iniciado, veio, pela primeira vez, alargar a base de apoio e de adesão expressa à A.A.C. como Sindicato Estudantil.

As estruturas do Curso e da Faculdade - até aqui relegadas a tarefas executivas demandadas da cúpula sindical, ou entregues a um pedagógico estreito e primário - tomam a iniciativa e participam directamente na estruturação do movimento.

A lista candidata proposta pelas estruturas locais, democraticamente representativas, posteriormente ratificada na Assembleia Magna, e o próprio programa do M.E. elaborado a partir das discussões nos Cursos e Assembleia de Faculdade, são a garantia de uma democraticidade directa e total.

- Crenos ser esta uma importante etapa de luta real contra a legislação circunscolar que limita a representatividade apenas aos sócios da A.A.C.

Este importante papel das estruturas de Curso põe o problema da sua integração orgânica no processo sindical.

2. As Juntas de Delegados, expressão das decisões tomadas a nível do Curso e da Faculdade, terão também uma função co-directiva em estreita colaboração com a Direcção Geral, permanecendo a Assembleia Magna como órgão máximo decisório da organização sindical.

- As J.J.DD., funcionando como reunião aberta de quadros, competirá o controle democrático e a execução crítica das decisões da Direcção Geral.

- As J.J.DD. não mais poderão ser relegadas a uma funcionalidade de simples secção pedagógica, ele mecanicamente intermediária numa viejada polarização entre as reivindicações mínimas e as perspectivas máximas.

- Assim como os Corpos Directivos das Secções Culturais e Sociais não mais ficarão sujeitas à nomeação descrecionista e arbitrária da Direcção Geral, mas sim à elegibilidade pelos seus Colaboradores, que serão profundamente dinamizados pelos intressos dos Cursos, evitando a compartimentação estanque entre o ghetto da AAC e o trabalho de crítica cultural nas Faculdades.

Parece ser isto a consequência lógica, decorrente do processo de eleição da lista única do M.E., que é a detentora e, obrigatoriamente defensora do programa elaborado nas reuniões de Curso e Faculdade.

III - PARTICIPAÇÃO NA REFORMA...

Tema constante de reivindicação por parte do Movimento Estudantil, o problema da participação na Reforma da Universidade assume hoje uma especial acuidade.

O problema já se não equaciona hoje em função de uma avaliação da nossa força para a defesa dessa reivindicação: - o Governo anunciou já a intenção de proceder à reforma da estrutura universitária, para tanto solicitando a colaboração do "corpo docente"...

O problema equaciona-se pois em termos de participarmos ou não participarmos : - isto é, participarmos, nas condições que o Governo nos impõe;

recusarmos, pura e simplesmente essas condições como constituindo um óbice à livre manifestação da opinião estudantil;

ou continuarmos a lutar por condições que possibilitem uma crítica coerente à Universidade actual, e propor uma alternativa válida que se traduza na criação de uma Universidade realmente nova, democrática na sua estrutura orgânica e na sua função social de acelerar a promoção dos reais interesses do Povo Português.

Ora, quais são essas condições que o Governo impõe à participação estudantil?

- o monopólio da informação por parte do Estado, que se traduz na impossibilidade de as opiniões divergentes da política governamental terem acesso aos grandes órgãos de informação (rádio e televisão);

- a existência de censura prévia à Imprensa e a apreensão de publicações não-periódicas, susceptíveis de desmistificar a política oficial (vide, por exemplo, a censura ao discurso do deputado Miller Guerra na Assembleia Nacional);

- as limitações ao direito de reunião e associação que impede que o debate se realize entre os próprios estudantes, e as opiniões expressas sejam veiculadas através de órgãos representativos (nomeadamente, Juntas de Delegados e Associações de Estudantes);

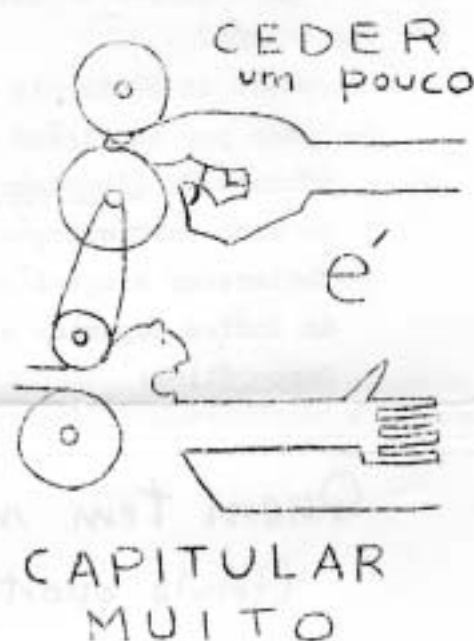
- a canalização, através de órgãos conservadores como os Senados Universitários, das opiniões e trabalhos realizados pelos estudantes;

- o circunscrever do debate ao "ghetto universitário" e aos grandes potentados económicos, pela não auscultação das amplas camadas do povo português, as mais directamente interessadas na Reforma do Ensino.

Que pretende, pois, o governo com estas condições?

O Governo sabe que não pode negar a presença da Reforma Universitária!

O Governo sabe que não pode continuar a ignorar a opinião dos estudantes!



Mas o Governo sabe também que a Reforma que os estudantes querem difere substancialmente dos seus planos de tecnocratização do ensino superior!

O Governo quer que os estudantes colaborem, que os estudantes sancionem pela sua participação uma Reforma contrária aos seus interesses!

O Governo quer, assim, desarmar a luta estudantil, responsabilizar-nos pela Reforma dum Universidade, que já não poderá ser contestada sob pena de nos contestar-nos a nós próprios!

Participar nestas condições é assinar a própria certidão de óbito da autonomia do Movimento Estudantil!

Mas poderá o Movimento Estudantil sofrer passivamente os efeitos da "demagogia da participação"?

Podrá o Movimento Estudantil permitir que, à margem de toda a democraticidade, de todo o escrúpulo de representatividade, a demagogia governamental consiga atrair alguns grupos de estudantes, e assim conseguir a participação estudantil que lhe convém?

A resposta do Movimento Estudantil terá de ser uma ofensiva em duas frentes:

- Lutar por condições que permitam uma autêntica participação, em condições máximas de liberdade de discussão e análise de todos os problemas, tornando essa participação extensiva a todas as camadas do Povo Português!
- Esclarecer a opinião estudantil sobre as vias de uma autêntica Reforma do Ensino Superior e a criação de uma Universidade Autónoma, Crítica e Democrática!

Quem tem medo de Guiller Merra?

(tábua oportuna sobre acontecimentos recentes...)

El-lo, de bisturi em punho, de olhar clínico e frio, prognosticando a intervenção cirúrgica... inevitável.

Fala, agora, como aquele "physico" da História que há muito tempo sabia que o monarca definhava, que os seus dias estavam contados, mas cuja energia era ainda suficiente para fazer pagar caro a ousadia de insolente...

Mas agora, o Rei já reconhece o estado lastimoso em que se encontra. E o "physico" acorre pressuroso a receitar o lenitivo:

" - Transformar as Universidades tradicionais em Universidades modernas, capazes de corresponder com inteira e-

ficiência, adequação e dinamismo às novas necessidades..."

Mas as novas necessidades exigem um Príncipe de sangue novo, com uma mentalidade aberta aos novos tempos, capaz de compreender as aspirações instantes dos seus súbditos...

Mas, enquanto o Rei não morre de vez, convém preparar esutelosamente a sucessão:

" - Criar novas Universidades que façam radicar no País um novo modelo institucional, adaptado às exigências do Progresso".

Pelos meandros do velho burocracia, falava-se já abertamente na sucessão. Infanções e cavaleiros, vinculados por anteriores prei-

tos de monagem ao velho Rei, apressavam a sua transferência com armas e bagagens para o campo do novel pretendente...

- Democratização! clamava a população.

Atentos ao evoluir dos acontecimentos, o Príncipe e o seu novo conselheiro (o "physico") prodigalizavam benesses, liberdades e prometiam até abraços e assentos no Senado e no Conselho de Anciãos aos que viessem engrossar as fileiras dos A-rautos do Progresso:

" - Autorizar a criação e o funcionamento normal de Associações de Estudantes democraticamente constituídas..."

"- Autorizar a participação dos Estudantes nos Senados Universitários e Conselhos Escolares..."

Os sequazes do monarca, porém, não dormiam. Sempre vigilantes, ciosos dos seus privilégios ameaçados reuniam, enviam telegramas, aliciam adeptos, armazenavam argumentos para usar na altura própria.

Entretanto, por sugestão do "physico", o velho Rei accitou medicamentar-se:

"- Novo regime de doutoramentos..."

"- Equiparação de graus académicos concedidos por universidades estrangeiras"

"- Substancial aumento dos vencimentos de pessoal docente".

Foi este o primeiro erro do nosso "physico". O monarca, já recuperado, começou a tomar consciência gradual da trama que contra ele se entretocia. Avisados conselheiros acobichavam entre portas, e os corredores do Palácio Real registavam de novo a frequência de reacções-desinfectos...

- É preciso reagir, Majestade!

- É preciso defender a obra secular da nossa instituição, silenciar esses estrangeirados que não sabem apreciar devidamente o esforço feito por quantos, na defesa da nossa cultura...

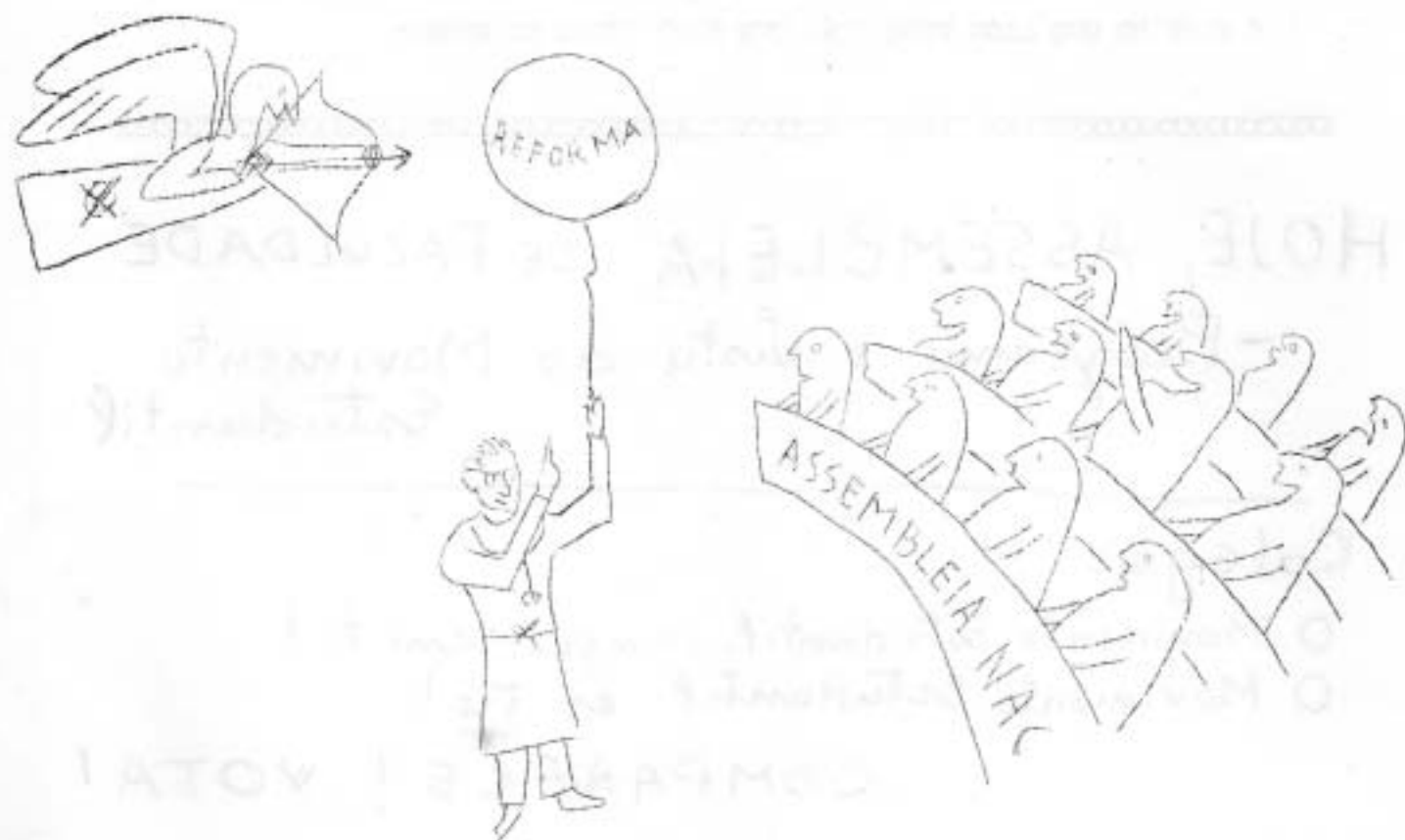
- Majestade, consta que vão levar à Assembleia o problema da successão!

Na verdade, o nosso "physico" annunciara já um aviso-prévio sobre a Reforma da Instituição. O dia do grande enfrentamento aproximava-se.

- Quem é por mim? Quem tem farelos? exclamava o velho Rei tropeço nos corredores dos Passos Perdidos.

Na Assembleia o debate era acalorado. Ao terminar a exposição do aviso prévio, o "physico" exclamou:

- Tenhamos a coragem de reconhecer que a Instituição, tal como está, não serve! É preciso adoptar o modelo da nobre e próspera Inglaterra.



Aos microfones da Rádio Nacional, o Príncipe entrava tímidamente pela esquerda baixa:

- O sistema atingiu o ponto de ruptura!

Mas a reacção legitimista distribuía os seus argumentos com usua, respondendo ás investidas "panglõesicas" do nesso "physico", eis o novo camareiro, recém-admitido no Palácio, exortando á fidelidade dos prosélitos, invocando os princípios inalienáveis da nossa civilização:

- Defendamos intransigentemente o nesso tipo institucional. Com mais ou menos defeitos, prefiro burro que me carregue a cavalo que me derrube.

A votação foi expressiva. Em torno das cores do Rei cerraram-se as fileiras dos indecisos: 82 votos a favor, 22 contra.

O Rei promete, no entanto, que reverá a sua situação, que mandará introduzir as alterações julgadas indispensáveis para a manutenção do princípio dinástico.

Legitimado o sucessor na pessoa do Príncipe, ora chegada hora da reconciliação daquela inclita pleiade proporcionalmente dividida. Mas ainda aqui, cabe distinguir entre os que se limitaram a representar o seu papel e aqueles outros que levaram o seu papel demasiado a sério. Chegou mesmo a haver quem, na vertigem da tribunafeia de debate, exprobase (ó suma incoúria) a energia com que os hierarcas de certa instituição puseram sobre a actos da incompetência por parte da estudantilha.

Quanto aos outros, os primeiros, volveram ao silêncio reverente que até' então haviam observado.

No que particularmente concerne ao nesso "physico" poder-lhe-á ter sobrado o amargo gosto de quem no fundo terá servido - sem o saber - de poço de brega. Mas, nem por isso, terá deixado de granjear a simpatia complacente daqueles que lá vão percebendo que certa centostagõesinha não deixa de ser tonificante.

Quanto ao Príncipe, o mais enigmático personagem desta história, recebeu da Assembleia a ciclópica, mas não menos honrosa tarefa de ir administrando a extrema-unção ao velho Rei moribundo.

No fundo, o Príncipe terá a seu favor a implacável lógica dos sistemas:

" É PRECISO QUE ALGO MUDE PARA QUE TUDO FIQUE NA MESMA "

XX

HOJE, ASSEMBLEIA DE FACULDADE

- Programa e Jista do Movimento
Estudantil

Colega:

O Movimento Estudantil começa em ti!

O Movimento Estudantil és tu!

COMPARECE! VOTA!